Introdução

Luísa Saad

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SAAD, L. Introdução. In: “*Fumo de negro*”: a criminalização da maconha no pós-abolição [online]. Salvador: EDUFBA, 2019, pp. 15-24. Drogas: clínica e cultura collection. ISBN: 978-65-5630-297-3. <https://doi.org/10.7476/9786556302973.0003>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

INTRODUÇÃO

Quando, em tempos distantes, a humanidade abandonou a vida nômade para fixar-se em locais férteis, a agricultura passou a ser componente essencial na vida em grupo e teve papel fundamental no refinamento cultural e na evolução da vida em civilização. A maconha, nome popular da *cannabis sativa*, pode ter sido a primeira planta cultivada segundo evidências de pesquisas antropológicas e arqueológicas.¹ Dela, nada se perdia: o óleo extraído das sementes, a fibra oriunda dos talos e a psicoatividade encontrada nas flores foram elementos aproveitados por numerosas sociedades ao longo dos tempos. O cultivo e usos da maconha são milenares; sua proibição é muito recente. Há menos de 100 anos foi dada a largada em direção à sua criminalização. A corrida foi baseada em argumentos falaciosos – ora intencionais, ora por ignorância. Por quais motivos essa planta usada para fins medicinais, religiosos, nutritivos, lúdicos e comerciais entrou para a ilegalidade?

Se, em 1986, Luiz Mott afirmava que a história da maconha no Brasil ainda não havia sido esclarecida, o assunto ainda permanece obscuro apesar de alguns avanços nos últimos anos. Para alguns autores do início do século XX, a planta havia sido introduzida pelos escravos africanos “em bonecas de pano amarradas na ponta das tangas”,² o que justificava a associação do uso às populações negras. Embora haja “encanto plástico e força política” na cena sugerida por esses autores, Mott contesta tal afirmação e supõe que as primeiras sementes tenham sido trazidas uma centena de anos após o início do tráfico ne-

1 Chris Bennett, Lynn Osburn e Judy Osburn, *Green gold the tree of life: marijuana in magic & religion*, California, Acces Unlimited, 1995, pp. 2-10.

2 Trecho de documento oficial do Ministério das Relações Exteriores de 1959. E. Carlini, “A História da Maconha no Brasil”, in: E. Carlini, Rodrigues e Galduróz, *Cannabis sativa L. e substâncias canabinóides em medicina*. São Paulo, Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 2005, p. 6.

greiro.³ Independente de quando e como chegou ao Brasil, a pesquisa mais aprofundada mostra evidências de que a erva fazia parte da vida dos africanos e seus descendentes.

Para Elisaldo Carlini, "a história do Brasil está intimamente ligada à planta *Cannabis sativa* L.", já que as velas e o cordame das embarcações eram feitos de cânhamo, fibra extraída da maconha.⁴ Trazida ou não pelos cativos africanos, parece que o uso do fumo da *cannabis* era aceito por seus proprietários. Segundo Gilberto Freyre, o tabaco pertencia ao hábito aristocrático dos senhores, enquanto a maconha – "fumo de negro" – era usada pelos escravos. Era comum encontrar "manchas escuras de tabaco ou maconha entre o verde-claro dos canaviais". Os senhores toleravam a cultura dessas "plantas volutuosas, tão próprias para encher de langor os meses de ócio deixados ao homem pela monocultura da cana".⁵

No último quartel do século XVIII, com as minas secando e o Reino ameaçado pelos conflitos na Europa, Portugal lutava pela sobrevivência de seu império colonial e buscava formas de diversificar sua agricultura. Assim, em 1783, foi instalada a Real Feitoria do Linho Cânhamo no Rio Grande do Sul, um dos projetos promovidos pelo Estado português com o objetivo de fortalecer a economia de sua maior colônia, além de responder a uma necessidade modernizadora da metrópole, que vinha passando por dificuldades comerciais. Em 1791, a força de trabalho da feitoria contava com mais de 1.300 escravos, o que sugere a importância do empreendimento português.⁶

O primeiro documento conhecido que restringe o uso da maconha foi uma postura da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, de 1830, penalizando a venda e o uso do "pito do pango", sendo "o vendedor [multado] em 20\$000, e os escravos, e mais pessoas que dêle usarem, em 3 dias de cadeia".⁷ É possível que posturas semelhantes tenham sido criadas em

3 Luiz Mott, "A maconha na história do Brasil", in: Anthony Henman e Osvaldo Pessoa Jr. (org.), *Diamba Sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha*, São Paulo, Ground, 1986, pp. 117 e 132-133.

4 Elisaldo Carlini, "A história da maconha no Brasil", in: E. Carlini, Rodrigues e Galduróz, *Cannabis sativa L. e substâncias canabinóides em medicina*, São Paulo, Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 2005, pp. 6-7.

5 Gilberto Freyre, *Nordeste*, São Paulo, Global, 2004, p. 40.

6 Maximiliano M. Menz, "Os escravos da Feitoria do Linho Cânhamo: trabalho, conflito e negociação", *Afro-Ásia*, n. 32 (2005), pp. 142-144.

7 Os textos terão a grafia original da época mantida. José Rodrigues da Costa Dória, "Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício", in: Brasil, Comissão nacional de fiscalização de entorpecentes, *Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros*, 2. ed., Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1958 [orig. 1915], p. 38.

outras cidades do Império do Brasil. Segundo ditado popular da época, “maconha em pito faz negro sem vergonha”.⁸ A referência explícita aos escravos na postura carioca sugere que era entre eles que estava mais divulgado o uso da maconha e a postura então vincula a repressão de seu consumo ao controle da população negra. Uma legislação proibitiva mais abrangente – de caráter nacional – sobre a maconha só apareceria mais de cem anos depois, através da inclusão da planta na lista de substâncias proscritas em 1932. Porém, mesmo antes de sua proibição, a maconha “era diretamente associada às classes baixas, aos negros e mulatos e à bandidagem”.⁹

Ainda em 1893, quando a maconha não representava uma ameaça real, o Parlamento britânico criou a Indian Hemp Drug Commission para avaliar o impacto do uso da planta sobre “as condições morais e sociais” da população da Índia. Do resultado desse encontro, o governo inglês publicou o que viria a ser o mais completo estudo sobre o consumo de maconha na sociedade indiana, o *Indian Drugs Commission Report*. A partir da coleta de inúmeros depoimentos, a comissão concluiu, entre outras coisas, que “resultados maléficos praticamente não decorrem do uso moderado de derivados de maconha”.¹⁰ Pela forma como a criminalização da maconha foi conduzida no Brasil – como será visto adiante – pode-se dizer que os resultados encontrados pela comissão foram simplesmente ignorados.

A transformação do uso de drogas psicoativas em “problema social” foi cercada por fatores que não podem ser isolados uns dos outros, sejam eles religiosos, políticos, econômicos ou morais. Na virada do século XX, com o processo de consolidação do saber médico institucionalizado e a regulamentação estatal das drogas, foi se fortalecendo a ideia de que certas substâncias “propiciavam estados de loucura, comportamentos anormais e se tornavam, enfim, vícios que impediam um desenvolvimento de uma vida social saudável e regrada”.¹¹

8 Anthony Henman, “A guerra às drogas é uma guerra etnocida”, in: Henman e Pessoa Jr. (org.), *Diamba Sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha*, São Paulo, Ground, 1986, p. 101. O autor não cita a fonte original, apenas indica que a citação foi encontrada em um texto do médico psiquiatra Álvaro Rubim de Pinho, “Social and medical aspects of the use of cannabis in Brazil”, Vera Rubin (org.), *Cannabis and culture*, Haia/Paris, Den Haag Mouton, 1975, p. 294.

9 Edward MacRae e Júlio Assis Simões, *Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias*, Salvador, EDUFBA, 2000, p. 20.

10 Lynn Zimmer e John P. Morgan, *Maconha: mitos e fatos – uma revisão das provas científicas*, Rio de Janeiro, Psicotropicus, 2010, p. 17.

11 Maurício Fiore, “A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos”, in: Renato Venâncio e Henrique Carnei-

Com a regulamentação das substâncias em decorrência da institucionalização da medicina, começaria a ser delineada a linha que passava a separar “droga” de “fármaco”, substância ilícita de substância lícita. Segundo o historiador Henrique Carneiro, a palavra “droga” deriva do termo holandês *droog*, usado para produtos secos e substâncias naturais utilizadas, principalmente, na alimentação e na medicina. Antes de definir os produtos usados como remédio, o termo “droga” representava, na época colonial, “um conjunto de riquezas exóticas, produtos de luxo destinados ao consumo, ao uso médico e também como ‘adubo’ da alimentação”, tornando-se, mais tarde, o que conhecemos como especiarias.¹²

Com o apoio do Estado, só faltava aos médicos garantirem a exclusividade de sua atuação, inclusive no que dizia respeito à prescrição das drogas. Assim fortalecidos, os diplomados passaram a empreender uma verdadeira cruzada contra curandeiros e herbolários que exerciam atividades terapêuticas, entoando a profecia que seria o “papel do médico salvar a humanidade do vício tanto como até agora o foi do sacerdote”.¹³ A medicina representava a verdade e a legitimidade para o tratamento das moléstias e, em especial, dos doentes, levando em conta suas origens, seus caracteres físicos e um conjunto de sinais que poderiam explicar tendências a determinadas doenças.

Para melhor compreender a atuação desses novos médicos é essencial a leitura do panorama que Lilia Schwarcz faz da inserção e recuperação das teorias raciais em fins do século XIX, adaptadas contemporaneamente aos modelos liberais do Estado Brasileiro. Se “finais de século sempre foram bons para pensar”,¹⁴ o fim do século XIX apresentava um Brasil “caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, [no qual]

ro (org.), *Álcool e drogas na história do Brasil*, São Paulo, Alameda; Belo Horizonte, PUC Minas, 2005, pp. 262-263.

12 Henrique Carneiro, “Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo”, in: Venâncio e Carneiro, *Álcool e drogas na história do Brasil*, pp. 11-15. Lembremos do título do famoso tratado do jesuíta André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de 1711.

13 Julio Cesar Adiala, *A criminalização dos entorpecentes*, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1996, pp. 19-21.

14 Lilia Schwarcz, “Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX”, *Afro-Ásia*, n. 18 (1996), p. 77.

as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava”.¹⁵

Os cânones da medicina legal, especialidade que unifica o conhecimento das áreas médica e jurídica, mostravam que uma nação com tanta influência negra estaria fadada ao fracasso caso não fossem tomadas as devidas providências. Através da ciência, buscava-se legitimar o poder do homem branco e promover a manutenção da hierarquia social. A superioridade de uns sobre os outros foi previamente determinada e a medicina oficial, através de seus métodos, dava o seu aval.¹⁶

Nesse contexto, as práticas e costumes negros, tão presentes em uma sociedade recém-saída da escravidão, representavam empecilhos para o lema “ordem e progresso” pretendido pela elite política e intelectual. Assim como o candomblé e a capoeira, a maconha estava associada aos africanos e seus descendentes e seu uso, além de prejudicar a formação de uma República moralmente exemplar, poderia se disseminar entre as camadas ditas saudáveis – leia-se brancas – e arruinar de vez o projeto de uma nação civilizada.

Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros, publicada em 1951 pela Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, criada em 1936, e sua reedição em 1958 pelo Ministério da Saúde, traz uma série de textos escritos desde 1915 até a década de 1950 sobre o uso, os efeitos e, principalmente, os males do vício. O texto mais antigo, de autoria de Rodrigues Dória – personagem do primeiro capítulo desse livro – não deixa dúvidas: a maconha teria sido trazida pelos escravos africanos – sabidamente inferiores – e transformada em meio de vingança contra quem os tinha tirado da terra natal. A imagem (ver Figura 1) que ilustra a capa da segunda edição da coletânea é de um cachimbo “apreendido de um velho fumador de maconha, de 82 anos de idade”. Levando em conta que a apreensão tenha sido feita, no mais tardar, em 1958, ano da edição, podendo ser ainda mais antiga, é possível concluir que o idoso nasceu em 1876. Não é exagero afirmar que fosse descendente de pessoas escravizadas trazidas da África.

15 Lília Schwarcz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 18.

16 Renato da Silveira, “Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental”, *Afro-Ásia*, n. 23 (2000), pp. 113-115.

Figura 1 - Fornilho de um velho fumador

Na capa: Fornilho de "Maricas" apreendido de um velho fumador de maconha, de 82 anos de idade, em Santana de Ipanema, no Estado de Alagoas.

Fonte: Ministério da Saúde, Serviço Nacional de Educação Sanitária, *Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros*, 2. Ed, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do IBGE.

Os argumentos, baseados nas teorias racialistas, levam a crer que tal hábito estava associado ao estilo de vida africano, incluindo a religião. Os demais textos seguem a linha inaugurada por Dória: os anterio-

res à proibição, consumada em 1932, ressaltam os aspectos negativos e muitas vezes falaciosos decorrentes do uso da maconha e clamam por medidas proibitivas; os posteriores à proibição reclamam da repressão ineficiente ou usam dados de hospitais psiquiátricos para atestarem os perigos que a erva representava.

A associação entre maconha e loucura esteve presente em todos os discursos que buscavam a criminalização e repressão do cultivo e uso da planta. Os estudos médico-legais já atestavam que os negros e seus descendentes seriam dotados de características transmitidas geneticamente responsáveis pela personalidade infantil, animalesca, agressiva e mesmo tresloucada. Associados a uma substância tida como altamente perigosa e capaz de levar a crimes, embora pouco se conhecesse dos aspectos químicos e farmacológicos da maconha, a imputação de tais características como intrínsecas à “raça negra” seria intensificada e o controle sobre essa população deveria ser ampliado.

A extrema escassez de estudos históricos sobre o tema abre uma lacuna que acaba sendo preenchida por mistérios, suposições e abordagens sensacionalistas. A ausência de pesquisas críticas e empiricamente fundamentadas vem favorecendo a reprodução de discursos moralistas e preconceituosos elaborados pelos médicos do início do século XX. Para deixar a esfera do *tabu*, o tema deve contar com estudos aprofundados que busquem articular as mais diversas abordagens, já que se trata de uma questão que envolve Economia, Medicina, Religiosidade, Cultura, Política e Direito.

Ainda na década de 1980, Luiz Mott apresentou um esboço sobre a história da maconha no Brasil, trazendo dados sobre sua possível chegada ao país através dos escravos africanos e os indicadores de preconceito racial que sua proibição representou.¹⁷ Em dissertação defendida, em 1994, no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, Antônio José Costa Cardoso estudou os contextos de produção e desenvolvimento da ideologia de combate à maconha, focando em documentos históricos e estudos acadêmicos produzidos entre 1932 – ano da proibição – e 1961 – ano em que a comunidade internacional se mobilizou de forma mais ampla na repressão a seu consumo.¹⁸ Mais recente e aprofundada historicamente é a pesquisa de Jorge Emanuel Luz de Souza. Adentrando o cotidiano das classes subalternas e a for-

17 Mott, “A maconha na história do Brasil”, pp. 117-135.

18 Antônio José Costa Cardoso, “A ideologia de combate à maconha: um estudo dos contextos de produção e de desenvolvimento da ideologia do combate à maconha no Brasil”, Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1994.

ma como seus costumes eram noticiados e costurando tais informações com o contexto e diretrizes internacionais, Souza evidenciou o projeto de controle social que estava associado à repressão da maconha e de seus usuários após a proibição. O autor fez o levantamento de diversos documentos burocráticos de caráter nacional e jornais baianos para demonstrar a história da criminalização da maconha no Brasil a partir da década de 1930.¹⁹

O presente trabalho se propôs à difícil tarefa de pesquisar o período anterior à proibição da maconha. Após a proibição, as fontes se tornam numerosas e variadas, mas na fase anterior são escassas e restritas a certos debates. Enquanto existia e era consumida livremente, a maconha não aparecia nos jornais de circulação diária e parecia não representar, de fato, uma ameaça. Exceto os textos escritos a partir de 1915, pouco é encontrado sobre essa planta. Se os alertas que associam o uso da maconha à violência, criminalidade e loucura fossem reais, provavelmente o discurso tivesse se tornado público de forma mais rápida e a proibição não teria demorado tanto entre a veiculação do texto de Dória (1915) e sua efetiva inclusão na lista de substâncias proscritas pela Anvisa (1932).

Para tentar percorrer esse caminho de poucas fontes, foi necessário ampliar o leque de análise para os discursos que circundavam as outras substâncias citadas, como forma de compreender o que diferenciava a maconha das mesmas. A repetição exaustiva da origem africana da maconha e seu consumo sempre associado aos negros e seus descendentes, representantes supostamente do atraso e da degeneração, apontam para um combate mais direcionado a práticas culturais e grupos raciais específicos do que à substância em si. O medo que esse hábito passasse a outras camadas sociais tornava o consumo livre de maconha ainda mais amedrontador.

No primeiro capítulo é analisada parte da trajetória profissional de Rodrigues Dória – autor do primeiro texto aprofundado sobre a maconha – julgada relevante para a pesquisa sobre a proibição da planta. O posicionamento de Dória sobre venenos e drogas, seus estudos sobre degeneração e crime e sua postura sobre o papel da mulher na sociedade mostraram-se reveladores. Entender Dória – homem branco abastado, médico, político e jurista – e sua produção é compreender uma mentalidade comum aos indivíduos responsáveis pelo saber médi-

19 Jorge Emanuel Luz de Souza, *Sonhos da diamba, controles do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil Republicano*, Salvador, Edufba, 2015.

co e pelas leis, ou seja, compreender os interesses dos que desejavam construir uma nação moderna e livre de qualquer forma de atraso. Influentes na sociedade da época, essas personagens tinham autonomia e legitimidade para propor mudanças e seus posicionamentos e opiniões eram sempre bem considerados. É possível encontrar uma discussão focada no âmbito moral que perpassa todos os escritos de Dória, sendo que a civilização dependente da moralização da sociedade seria consequência direta da formação racial da população. Os argumentos usados por Dória para definir a inferioridade dos negros, em textos das mais variadas temáticas, são os mesmos que aparecem posteriormente no debate sobre a criminalização da maconha e de seus usuários. Dória era um racista, um homem de ciência perfeitamente integrado às ideias de seu tempo.

Como o texto de Dória sobre a maconha não pode ser entendido isoladamente, foi fundamental voltar aos anos anteriores para conhecer melhor o discurso médico e entender as raízes dos debates que levaram à proibição. Tomando como “marco” a última década do século XIX – e o que esse contexto implica: fim da escravidão, Proclamação da República, modernização, políticas higienistas etc. – foram analisadas algumas teses médicas que pudessem ajudar a compreender a preocupação acerca do uso de drogas em geral e da maconha em particular, processo que é revelado no segundo capítulo. Várias substâncias aparecem nos estudos médicos, mas a maconha, quando aparece, vem em forma de citação rápida. A partir daí, pôde-se concluir que não se tratava de uma substância tão perigosa como desejavam que parecesse. A ânsia pela proibição da maconha – a planta “africana”, como era comumente chamada – parecia estar vinculada a uma campanha maior de criminalização dos costumes negros. Aos poucos o “problema da maconha” foi ganhando espaço nos jornais de circulação diária, de forma tímida durante a década de 1920 entre as notícias gerais sobre as toxicomanias. No fim dessa década e início da década de 1930 as notícias vão se tornando um pouco mais frequentes, como se o terreno estivesse sendo preparado para o cultivo da proibição que se aproximava.

A referência ao uso da maconha nas “festas africanas” é constante nos textos dos profissionais que faziam a campanha contra a erva. Utilizada em rituais sagrados desde tempos remotos no continente africano, em regiões e entre populações que abasteceram o tráfico de escravos ao Brasil, a maconha parece não ter perdido seu caráter ritualístico após atravessar o Atlântico. Assim, no terceiro capítulo, buscou-se demonstrar como uma elite branca e letrada tentava associar práticas negras

– como o uso da maconha e o candomblé – de forma a poder criminalizá-las de uma só vez. As fontes encontradas mostram que a planta e a religião afro-brasileira andavam juntas no cenário de condenação ao curandeirismo, à feitiçaria, à bruxaria e à magia negra, entre outras definições de carga pejorativa. A influência da medicina foi fundamental nessa questão: curandeiros representavam uma ameaça aos médicos oficialmente diplomados e a maconha uma afronta aos remédios farmacologicamente aprovados.

Fica o convite ao leitor para despir-se de conceitos pré-definidos e conhecer parte da história da maconha que pode ajudar a compreender os reais motivos que levaram à sua proibição.